

O Movimento Operário Argentino em Transição: A União Operária Metalúrgica de Quilmes (U.O.M.), da Ditadura à Democracia

Pablo A. Pozzi
(Instituto de História - UBA)

Quando, ao final de 1984, triunfou a Chapa Laranja na União Operária Metalúrgica, Seccional de Quilmes, culminava um longo processo (de anos) e abria-se uma nova etapa em sua história. A nova Diretoria, eleita com 68% dos votos válidos, era encabeçada por Francisco Gutiérrez e caracterizava-se pela participação massiva dos trabalhadores e por ser a primeira vitória nessa seccional da oposição, dirigida e organizada a partir das bases. Esta vitória representou a democratização do sindicato, refletida na participação massiva dos trabalhadores.

A própria eleição exemplificou todo esse processo. Nas palavras de um líder eleito nessa ocasião: “Durante as três noites em que estivemos aqui (em processo eleitoral) nunca ficamos menos de 150 companheiros de fábrica conosco, e às seis da manhã partiam para o trabalho”. Foi esse tipo de participação que impediu a fraude desejada pelo oficialismo, representado pela Chapa Azul.

Outro dirigente afirmou: “Nós ficávamos aqui sem dormir, controlando tudo. Outros dormiam na calçada. No primeiro dia não tivemos problemas, e tampouco de noite. No segundo dia, tudo ia bem até que chegou a noite. E, de repente, os da Chapa Azul começaram a gritar que havia uma bomba no edifício. Veio a polícia e encontrou uma bomba ‘fria’. Mas é claro que a intenção era abrir a porta e levar as urnas, ou então com o pretexto de que a ‘bomba’ explodira, entrar e armar um incêndio. Claro, enquanto

levantavam o grito de 'olha a bomba', os fiscais da Chapa Azul saíam correndo. Mas nós surpreendemos os Azuis, porque fomos todos para dentro. Era mais importante defender as eleições que o perigo que pudesse haver''⁽¹⁾.

Houve outras tentativas de fraude. Por exemplo, no primeiro dia trataram de levar as urnas sem lacrar. Mas isto foi frustrado por Gutiérrez, que trancou a porta gritando para esperar a fiscalização. Vários militantes explicaram que "sabíamos que havendo eleições limpas ganharíamos, como efetivamente aconteceu; ganhamos de roldão na maioria das fábricas da zona''⁽²⁾.

Crise Orgânica na Argentina

Diferentes analistas caracterizam a situação argentina, a partir de 1955, como uma "crise orgânica". Essencialmente, ocorre a falta de um consenso para o modelo de acumulação do capital imposto pela fração dominante da burguesia⁽³⁾. Foi assim que o desenvolvimento de um capitalismo monopolista de Estado conduziu a um profundo enfraquecimento das instituições democráticas, e a uma ruptura das representações, expressa na instabilidade política e nos constantes golpes de Estado⁽⁴⁾.

Isto supõe a existência de duas Argentinas, nas palavras do Bispo Novak, de Quilmes: uma é a "Argentina secreta", subterrânea, e a outra é a pública, do plano institucional político⁽⁵⁾. O desenvolvimento desta "Argentina secreta" é um processo complexo, cheio de avanços e retrocessos, com rupturas e continuidades, e cuja articulação com a Argentina pública marca e define as condições de estabilidade política do país.

Assim, o auge operário e popular iniciado em maio de 1969, com a insurreição antitatorial denominada "Cordobaço", manifestou a gestação de canais de participação "a partir das bases", muitas vezes em confrontação com a institucionalidade. O golpe de Estado de março de 1976 e a repressão que desencadeou significaram retrocessos, mas não o desaparecimento desta "Argentina secreta". Ao surgir a abertura democrática de 1983, viu-se que esta situação ainda existia e podia ser claramente encontrada no movimento operário e popular. No caso do sindicalismo, apesar das mortes, desaparecimentos, prisões e exílios, foi notável o retorno à frente de vários sindicatos de uma série de líderes combativos, que se haviam formado no período de auge. Constituiu-se, assim, uma ponte histórica entre experiências e gerações distintas. A síntese deste processo levaria a novas práticas e valorizações da democracia participativa, e inclusive a uma definição desta última, divergente da que se expressa institucionalmente.

Portanto, a hipótese central deste trabalho é que as práticas da democracia operária depois de 1983 desenvolveram-se como síntese das práticas anteriores a 1976, e que a experiência realizada pela classe operária durante o período 1976-1983 é fundamental para compreender esta nova síntese. Neste sentido, surgiram formas inéditas de participação, organização e solidariedade, ainda que as recentes lutas operárias tenham características defensivas, diferentemente dos conflitos trabalhistas de 1973-1975. Entendemos aqui por “defensivos” aqueles conflitos que buscam a defesa da fonte de trabalho, a preservação de direitos conquistados anteriormente, ou, em menor grau, a reconquista de outros que foram retirados como resultado da ofensiva patronal posterior a 1975⁶. Mas o fato de serem “defensivos” não impede que essas ações expressem, ainda que de modo germinal, um projeto alternativo próprio, fundado numa definição específica da democracia.

O objeto deste estudo é o sindicato União Operária Metalúrgica, Seccional de Quilmes, localizado na zona Sul da Grande Buenos Aires. É importante assinalar que a Grande Buenos Aires foi um dos epicentros da combatividade operária do país entre 1973 e 1975. Ademais, foi ali que se gerou um grande número de conflitos à margem do sindicato oficial. Foi aquele um período de auge e ofensiva do sindicalismo combativo. Nele se combinaram a luta por melhorias salariais, a tentativa de desalojar a chamada “burocracia sindical”, e uma atitude de enfrentamento aberto e, às vezes, violento com a patronal e o Estado.

Os filiados à UOM Quilmes constituíram-se num dos principais protagonistas desta tendência antes de 1976, e este foi um dos sindicatos conquistados pelas oposições em 1984. Neste sentido, o estudo deste caso é representativo de toda uma série de sindicatos democráticos, durante os primeiros anos do governo de Raúl Alfonsín (1983-1989).

Características de Quilmes

A União Operária Metalúrgica, Seccional de Quilmes, abarca em sua jurisdição as zonas de Quilmes, Florêncio Varela e Berazátegui, localizadas ao sul da região metropolitana⁷. As zonas de Quilmes e Berazátegui tiveram um forte processo de expansão demográfica e desenvolvimento industrial, a partir do fluxo migratório interno das décadas de 1930 e 1940, e do fluxo de investimentos que se orienta para essas áreas a partir de 1947. Seu crescimento é parte do desenvolvimento do denominado segundo cordão industrial da região metropolitana. Em contraste, a zona de Florêncio Varela realiza sua expansão na década de 1970 e se caracteriza pela ocupação de terras, pelos assentamentos e favelas, e por ser uma das zonas mais pobres da região metropolitana.

A atividade econômica da zona está centralizada em Quilmes, cujo processo de expansão consolidou-se no período posterior à queda do peronismo (1955). Esta atividade está fundada no contínuo fluxo migratório do interior e dos países limítrofes, em direção ao cordão industrial, e no deslocamento para o mesmo dos investimentos antes orientados para o centro da Capital.

No ano de 1980 o total da população das três zonas de abrangência da UOM Quilmes era de 841.901 habitantes, o que representava um crescimento de 45,5% com relação ao censo de 1970⁽⁹⁾.

A partir de 1976 o conjunto do “pólo metropolitano”, constituído pela Capital Federal e as 19 zonas da Grande Buenos Aires (assim como o resto dos grandes centros urbanos, como Córdoba e Rosário) foram transformados em áreas de desindustrialização líquida ou relativa, sem que haja diminuído o crescimento populacional. A comparação dos censos econômicos nacionais de 1974 e 1985 revela o desenvolvimento de um duplo processo, de desindustrialização e terciarização da economia de Quilmes, com um forte impacto sobre os níveis de emprego e as condições de vida de seus habitantes. Os números registram uma queda de 9,6% na quantidade de indústrias nesses anos, e o pessoal ocupado nas indústrias diminui 24% em 1985, com relação a 1974. Por outro lado, os números para o setor de Comércio e Serviços indicam um aumento tanto na quantidade de estabelecimentos como no pessoal ocupado. O maior crescimento deste último (43,9%), no entanto, não chega a compensar a queda da ocupação no setor industrial. Isto significa que durante o período entre 1975-1985 a UOM Quilmes perdeu quase 5.000 postos de trabalho. Ainda assim, com 570 fábricas e oficinas registradas na zona, Quilmes é a décima seccional em importância, das 65 que integram a UOM nacional.

Neste sentido o “Processo” ditatorial de 1976 a 1983 teve efeitos profundos para toda a UOM. Tanto a UOM nacional como a seccional Quilmes sofreram intervenção da ditadura, que colocou militares como seus administradores. Um documento elaborado e debatido pelo Congresso de Delegados sindicais da UOM Quilmes, em 3 de dezembro de 1985⁽⁹⁾, fazia um balanço dos efeitos da intervenção do sindicato em âmbito nacional: (1) perda de 150.000 filiados; (2) perda de 40% do salário real; (3) deterioração do patrimônio e dilapidação dos recursos da UOM, (4) apropriação dos Serviços Sociais; (5) endividamento dos Serviços Sociais como principal instrumento da política de destruição das estruturas do movimento operário, pois para isto se realizaram centenas de contratos e obras que pioraram a situação financeira da UOM; (6) suspensão dos planos habitacionais com o aval dos interventores militares, o que originou uma massa de demandas judiciais que agudizou o endividamento da UOM; (7) há empresas em dívida com os Serviços Sociais.

O documento acrescenta que: “A queda do salário levou a um maior índice de enfermidade nas famílias dos metalúrgicos, por problemas de alimentação e deterioração das condições de vida. Além disso, a redução do número de filiados leva a que os gastos se distribuam entre menos contribuintes, enquanto há uma maior quantidade de companheiros que recorrem aos Serviços Sociais”.

O retorno ao sistema democrático, em dezembro de 1983, não mudou essas conseqüências sócio-econômicas para os trabalhadores. Os indicadores oficiais de desemprego e subemprego, entre 1985 e 1989, mostram uma deterioração crescente da situação ocupacional. Em outubro de 1985 os trabalhadores com “problemas de emprego” (desocupados ou subocupados) representavam 11,4% da população economicamente ativa da região metropolitana (aproximadamente 4.400.000).

Em maio de 1988 tal porcentagem subia a 14%, sendo este o mais alto índice desde 1974⁽¹⁰⁾.

Parece claro que se multiplicaram as formas precárias, ilegais e informais de inserção no mercado de trabalho. Alguns cálculos estimam que 6% dos trabalhadores empregados pela indústria na Grande Buenos Aires são contratados por agências de empregos. Esta cifra representa cerca da metade dos empregos conseguidos pelas novas gerações que ingressam no mercado de trabalho⁽¹¹⁾.

A deterioração persistente das condições de vida nestas zonas pode ser vista refletida nos percentuais oficiais de lares com “necessidades básicas insatisfeitas”. Em 1980 tal índice era de 37,5% em Florêncio Varela (o mais alto da região metropolitana), de 26,2% em Berazátegui e de 23,6% em Quilmes. Em 1985 tais percentuais haviam aumentado para 44,5% em Florêncio Varela, 31,5% em Berazátegui, e 28,8% em Quilmes. Estes índices adquirem maior significação quando se considera que a média para toda a região metropolitana era de 19,4% em 1980 e de 26,7% em 1985.

Esta situação demonstra, por um lado, a queda persistente do poder aquisitivo dos salários, e por outro, a transformação das condições de vida que resultam, para amplos setores da população, da mudança de suas relações com o mercado de trabalho.

Resumindo, pode-se concluir que, a partir da segunda metade da década de 1970 ocorrem, nas zonas aqui consideradas, processos que transformam a sua estrutura sócio-econômica e alteram as condições de vida de seus habitantes. Ainda que o processo de terciarização da economia destas três zonas tenha se acentuado notavelmente nestes últimos anos, elas continuam sendo áreas predominantemente industriais. Um indicador deste fato é que o número de pessoas ocupado pela indústria continuava superior ao ocupado pelos setores do comércio e dos serviços em 1985.

As empresas metalúrgicas são de importância fundamental no âmbito da estrutura industrial da zona. Os arquivos da UOM Quilmes informam que em 1985 havia 547 estabelecimentos metalúrgicos que contribuam para os Serviços Sociais dos trabalhadores do ramo. Esta cifra representa cerca da quarta parte (24,1%) dos estabelecimentos registrados no Censo Econômico Nacional daquele ano, no setor industrial⁽¹²⁾.

Os trabalhadores enquadrados na UOM, por sua vez, representam 13% do total da ocupação industrial das três zonas - porcentagem que se elevaria caso excluíssemos do cálculo os pequenos patrões, sócios e seus familiares, incluídos pelo censo no "pessoal ocupado" pela indústria.

Além disso, a informação coletada por Daniel Hernández no sindicato, permite-nos desenvolver algumas considerações sobre as características do setor metalúrgico nestas zonas.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a grande quantidade de pequenas oficinas e empresas que representam quase dois terços do total de estabelecimentos. O pessoal ocupado por cada um destes estabelecimentos não chega, em média, a mais de três pessoas. As características deste tipo de empresa conduz a que as relações com o sindicato não sejam muito intensas.

O estrato intermediário dos estabelecimentos representa quase um terço do seu total e gera quase a metade dos empregos. A grande maioria dos trabalhadores destas empresas encontram-se organizados internamente e enviam representantes ao Congresso de Delegados sindicais da seccional.

As 19 empresas de maior porte concentram cerca de 40% da ocupação total, embora nenhuma supere individualmente o número de 300 empregados. Na sua maioria, diminuíram fortemente o número de seus operários nos últimos dez anos⁽¹³⁾.

Não existe, entre estas empresas, um sub-ramo da produção que predomine claramente sobre os demais. Fundições, siderúrgicas, fábricas de autopeças e de eletrodomésticos, distribuem-se pela zona sem que se definam hegemonias entre elas. Trata-se, em geral, de empresas que orientam sua produção para satisfazer a demanda do mercado interno. São poucas as empresas que buscam e logram colocar seus produtos no exterior e, quando o fazem, é por período de tempo reduzido⁽¹⁴⁾.

Por último, com referência às relações de trabalho no interior das empresas, com exceção daquelas empresas de maior porte, em que tais relações estão explicitamente regulamentadas, constatou-se que, nas demais, predominam os acordos implícitos, que se transformam com as mudanças nas relações de força entre a patronal e os órgãos

sindicais internos. As matérias de negociação ou conflito mais comuns costumam ser: a estabilidade dos trabalhadores, as remunerações sob forma de prêmios e adicionais ao convênio e, por último, as condições de trabalho.

Os metalúrgicos de Quilmes

As mudanças ocorridas durante a década 1975-1985 devem ser correlacionadas às características e tradições sócio-culturais dos trabalhadores da área - as quais constituem a sua consciência de classe no sentido Thompsoniano. Devido à carência de registros e pesquisas, torna-se difícil estimar o perfil social e cultural dos trabalhadores filiados à UOM Quilmes. As dificuldades agravam-se com o fato de que, apesar de os estabelecimentos metalúrgicos que contribuem para os Serviços Sociais sindicais relatarem um número de 5.648 operários no ano de 1985, o sindicato afirma possuir cerca de 9.200 filiados⁽¹⁵⁾. A diferença se explicaria não pelas características de certos estabelecimentos, em particular, os menores, que não contribuem para os Serviços Sociais, mas pelo fato de que tanto os aposentados como os metalúrgicos desempregados mantêm-se filiados ao sindicato. Isto assinala que o impacto da UOM na zona é muito maior do que se poderia pensar. Seus quase dez mil filiados, juntamente com seus familiares, e a atividade econômica que deles depende, convertem este sindicato naquele que detém maior peso social e político na zona.

Em todo caso, um levantamento realizado por entrevistas com trabalhadores e diretores do sindicato⁽¹⁶⁾ permitiu chegar às seguintes conclusões acerca das características do trabalhador filiado à seccional nos anos de 1981-1988:

Existe entre os trabalhadores uma alta porcentagem de migrantes do interior, principalmente entre os menos qualificados. Ainda que esta tenha sido sempre uma característica da zona, ela tem crescido nos últimos dez anos. Existiu, portanto, uma primeira onda migratória, entre 1933 e 1945, uma segunda durante a primeira metade dos anos 60, e uma terceira na década de 70, como resultado da crise econômica durante o "processo de Reorganização Nacional" (a ditadura de 1976-1983)⁽¹⁷⁾.

Existe consenso entre os entrevistados, de que as características desta terceira onda é de que se constitui por jovens em busca de trabalho, que fixaram residência e formaram família na zona. Grande parte destes migrantes provêm das províncias do litoral (Santa Fé, Corrientes e Entre Rios), chegando a 40 ou 50% do total, segundo os entrevistados.

Tanto os operários mais antigos como os recém chegados vivem e trabalham na

zona. Isto revela a existência de redes de solidariedade social e convivência, tanto para obter trabalho como moradia. Numerosos trabalhadores entrevistados conseguiram emprego "porque um colega conseguiu". Em relativamente menos casos o emprego é obtido através de um anúncio. Vários informantes mencionaram como canal de acesso, a partir de 1980, a contratação através de "uma agência" de emprego. Este sistema floresceu durante a última década, como forma de enfraquecer as organizações sindicais, já que estes "empregados" temporários não são considerados legalmente operários e, portanto, não participam do convênio coletivo de trabalho. Se o trabalhador mostra-se dócil e com alto nível de produtividade, é então efetivado, a partir do que pode então filiar-se ao sindicato.

Devido ao problema dos salários baixos e do subemprego, muitos filiados à UOM Quilmes têm duplo emprego. Por um lado trabalham na fábrica, e por outro desenvolvem uma atividade por conta própria. Neste sentido, registra-se uma grande variedade de atividades, desde soldagem e ferraria até a venda de suínos criados pelo trabalhador.

O operário argentino tem por tradição construir sua própria casa. Assim, podem-se traçar os ciclos econômicos da classe operária, seja pelo tipo, seja pelos acréscimos e a conservação da moradia. A situação dos trabalhadores metalúrgicos é variada, dependendo da época de sua chegada à zona e da situação econômica de cada família. É notável que as condições de moradia em geral se foram deteriorando durante a última década, tornando-se mais difícil ao jovem trabalhador construir casa própria. Calcula-se que 50% dos filiados à UOM Quilmes sejam donos de suas casas. Os demais, muitos dos mais jovens, vivem com seus pais e, entre os migrantes, uma quantidade importante vive em casebres nas favelas.

Aproximadamente 10% dos filiados ao sindicato são mulheres. Geralmente quando se casam deixam de trabalhar. A mulher metalúrgica enfrenta muitas dificuldades para participar sindicalmente, seja pelas atitudes de seus companheiros masculinos, seja pelas pressões familiares e as próprias limitações culturais, que impõem um papel social determinado à mulher.

Os âmbitos de sociabilidade da família metalúrgica são o lugar de trabalho e o bairro. No caso do homem trabalhador, ele separa a vida pública da vida familiar. Geralmente sai com amigos e conhecidos na fábrica e nas greves. O clube de futebol, o baralho dos domingos, a parceria dos fins de semana parecem ser atividades típicas.

A relação familiar ocorre no bairro, desempenhando aqui, a esposa do operário metalúrgico, o papel principal. O churrasco, a conversa entre famílias e a visita à casa dos amigos são atividades típicas. Há uma certa participação nas associações de moradores da zona, em suas atividades de lazer e ajuda mútua, embora as atividades

sociais (como bailes) tenham diminuído desde 1975. A família não participa necessariamente de clubes sociais, nem das atividades do trabalhador com seus companheiros de trabalho.

O nível de religiosidade parece ser baixo. Em geral os operários entrevistados consideravam-se cristãos, mas não praticantes, manifestando frequentemente desconfiança na igreja. Por sua vez afirmavam que suas esposas eram “mais crentes”.

É evidente que a relação social entre companheiros de trabalho reforça a solidariedade sindical. Ao mesmo tempo, a estreita relação da família (ainda que não do operário) com o bairro possibilita o apoio da comunidade aos conflitos fabris, na medida em que estes mobilizem as esposas dos trabalhadores.

Por outro lado, o nível cultural do trabalhador metalúrgico varia conforme a idade, a qualificação e o lugar de trabalho. O índice de analfabetismo é mais alto entre os trabalhadores mais jovens, vindos do interior, aqueles com pouca qualificação e os contratados por pequenas empresas. Por exemplo, o sindicato calcula que a maioria dos seus filiados que trabalham em pequenas empresas são analfabetos funcionais. Isto reflete a decadência dos níveis educacionais do país, iniciada desde a ditadura do general Juan Carlos Onganía (1966-1970). Talvez por esta razão assiste-se muita televisão em casa, especialmente o sensacionalista canal 9, e se escuta o rádio no lugar de trabalho. Além disso, os jornais mais lidos são “Crónica” e “Diário Popular”, que combinam noticiário esportivo com sensacionalismo e uma quantidade importante de noticiário sindical. O periódico “El Metalúrgico”, publicado pelo sindicato, é muito lido pelos entrevistados. Existe também um número importante de autodidatas, especialmente entre os operários mais antigos.

Esta combinação ocasiona um baixo nível de politização partidária e um alto grau de consciência social e sindical. É notável o orgulho manifesto pelos entrevistados acerca de sua condição de trabalhador metalúrgico. Isto decorre do fato de que o maior nível de identificação como metalúrgico corresponde a um maior nível de qualificação profissional, enquanto o operário não qualificado tende a migrar de empresa a empresa e de indústria a indústria, como decorrência de sua fácil substituição e vulnerabilidade aos ciclos econômicos. É por isto também que a matrícula e assistência a cursos de escolas técnicas são muito altos. O ofício é valorizado e considerado como motivo de orgulho e prestígio social.

É notável a oposição familiar à participação do operário tanto em atividades sindicais como políticas. A esposa tende a resistir a que o marido se converta em militante, por medo de problemas e instabilidade. Isto seria produto da repressão e perseguição sofrida pela militância na zona durante a ditadura de 1976-1983. Contra-

ditoriamente, a experiência organizativa e o ofício metalúrgico são motivo de orgulho familiar no bairro, aspecto ressaltado nas atividades de associações de ajuda mútua ou de beneficência. Portanto, os organismos sociais da zona tendem a buscar o apoio e a participação dos metalúrgicos.

No que toca à participação política, a vasta maioria se autodefine por sua simpatia ao peronismo. Os próprios militantes peronistas do sindicato calculam que 75% dos filiados à UOM Quilmes orientam-se por esta tendência. No entanto, reconhecem também que 30 ou 40% desse percentual não passa de uma estimativa "aproximada". Isto de fato significa que cerca de 25% dos operários metalúrgicos de Quilmes pertencem ao que Jeane Kirkpatrick denominou "núcleo peronista"⁽¹⁸⁾. Isto foi confirmado nas diferentes entrevistas, em que os informantes diziam "sou peronista de coração, mas não acredito nos políticos"; ou "era peronista quando Perón vivia". Neste sentido nota-se uma erosão do peronismo enquanto projeto político, ou como lealdade política, ainda que não como simpatia ou recordação de tempos melhores.

Os demais 25% dos filiados à UOM pertencem a uma ampla gama de outras tendências políticas, sendo notoriamente mais numerosos os representantes da União Cívica Radical e da esquerda (Partido Comunista e Movimento ao Socialismo). No entanto, quando correlacionamos respostas acerca de filiação com aquelas sobre "núcleo de lealdade", encontramos que a maioria dos trabalhadores se autodefinem como "independentes" com tendência ao peronismo. Isto seria expressão do que mencionamos acima como "tendência a um baixo nível de politização partidária".

É notável observar que entre os delegados de fábrica há uma quantidade desproporcional de não-peronistas. A razão aparente disto é que, para o trabalhador, a filiação política tem menos importância que outras características, quando se trata de eleger seus representantes imediatos. Diferentes entrevistados explicaram a eleição de seus representantes com referência a ser "honesto", "combativo", "bom companheiro", e raramente por sua filiação política.

O que surge de tudo isto é uma série de características complexas, mas que correspondem a um trabalhador metalúrgico em Quilmes muito unido, estreitamente ligado à sua comunidade, com elevado senso de consciência sindical e de seus interesses de classe. Neste sentido, as respostas que oferecem à crise econômica defrontadas pela zona depois de 1980 tendem a ser coletivas, com alto nível de conteúdo classista.

Antes de 1976

As características sócio-econômicas e culturais dos filiados à UOM Quilmes constituem-se num processo histórico específico. Tal processo apresenta aspectos de continuidade e ruptura, que assinalam tanto a legitimidade das representações na zona, como a relação entre o trabalhador e a democracia enquanto sistema institucional. Para a vasta maioria dos metalúrgicos da seccional Quilmes há uma vinculação estreita entre as várias dimensões da experiência histórica que viveram na década 1975-1985.

Em 1974, com a morte de Juan Domingo Perón, assumiu a presidência sua viúva, "Isabel" Martínez. Apoiada principalmente pela cúpula sindical, encabeçada pelo secretário geral da UOM nacional, Lorenzo Miguel, uma violenta guerra foi dirigida contra as tendências sindicais combativas e "classistas". Estas tendências lutavam para derrubar uma liderança burocratizada e substituí-la por outra representativa das bases sindicais. Nestas tendências sindicais havia a forte influência do peronismo revolucionário, fundamentalmente a Juventude Trabalhadora Peronista (JTP) e a esquerda marxista⁽¹⁹⁾.

Em 1975 a zona sul da Grande Buenos Aires era um foco de militância sindical centrado na constituição da "Coordenadoria da Zona Sul de Mesas de Sindicatos em Luta". Esta coordenação reunia militantes, delegados e comissões internas de fábricas, opostos às lideranças sindicais burocráticas. Um entrevistado explicou isto assim:

"As coordenadorias foram surgindo naturalmente. Ante o fato de que a burocracia sindical boicotava e obstruía sistematicamente o movimento, as pessoas experimentaram e rapidamente começaram a coordenar a militância. Primeiro entre as fábricas do mesmo sindicato, depois em âmbito mais geral. O eixo (da zona sul) foram as fábricas metalúrgicas (...). Estavam lideradas pela oposição combativa. Principalmente setores ligados aos Montoneros (a organização guerrilheira peronista) e depois também ao resto da esquerda (...)."

"Ocorre que a Coordenadoria começou a tomar um peso tal que comandava greves gerais na zona de La Plata, Berisso e Enseada. Começou a funcionar como uma corrente de oposição. Embora não derrubasse as lideranças sindicais, de fato exercia uma grande pressão, na medida de sua penetração nas bases. Conduzia uma greve em oposição à CGT e os trabalhadores paravam. Era então um peso objetivo, que não se expressava na estrutura sindical"⁽²⁰⁾.

Durante este período a direitização do governo levou a uma sucessão de personagens nas pastas da economia. Em junho de 1975 assumiu o ministro Celestino Rodrigo, com um "tratamento de choque" para a economia argentina. Houve uma desvalorização da moeda em 100%, o aumento dos combustíveis chegou a 174%, as tarifas elétricas

subiram 40%, o gás doméstico, 50% e o transporte ferroviário até 120%⁽²¹⁾. Isto desencadeou conflitos em numerosos sindicatos, com ocupações de fábricas e mobilizações durante todo o mês. Negociando por sua própria iniciativa, a UOM e a Associação Operária Têxtil obtiveram das patronais aumentos de 130 e 125%, que o ministro recusou-se a homologar⁽²²⁾.

Embora a liderança sindical vacilasse frente à posição do governo, o sindicalismo combativo e a militância radicalizada tentaram canalizar o descontentamento. As coordenadorias conclamaram à mobilização. Enquanto os líderes sindicais faziam uma última tentativa para evitar a confrontação, milhares de trabalhadores começaram a abandonar as fábricas, em Córdoba, Rosário e Buenos Aires. A coordenadoria da zona norte de Buenos Aires organizou uma passeata de 15.000 operários, que foi impedida pela polícia⁽²³⁾. A coordenadoria da zona sul levou milhares de trabalhadores metalúrgicos, mecânicos e têxteis até a Plaza de Mayo⁽²⁴⁾. No dia 27 de junho de 1975 mais de 100.000 pessoas reuniram-se, embaixo de chuva, em frente à residência presidencial, reclamando a renúncia de Rodrigo e do Ministro do Bem Estar Social, José Lopez Rega - o qual encabeçava os grupos paramilitares contrários aos militantes de esquerda. Em princípio de julho deixaram de trabalhar em âmbito nacional os metalúrgicos, mecânicos, têxteis, ferroviários, bancários, judiciários, funcionários federais e estaduais, professores e operários da construção. Diante da pressão das bases a CGT decretou uma greve geral de 48 horas, a primeira realizada sob regime peronista. Rodrigo e López Rega renunciaram, sendo o último enviado para o exterior. Foi esta a última grande mobilização anterior à ditadura de 1976.

Muitos operários e militantes da UOM Quilmes, liderados por Francisco "Barba" Gutiérrez participaram da experiência da coordenadoria. Os metalúrgicos de Quilmes participaram de uma das grandes colunas que desfilaram até a casa do governo durante o "Rodríguez". Isto marca até hoje a experiência dos militantes veteranos, sendo um ponto de referência constante para os novos também. Tanto o "Rodríguez" como a coordenadoria deixaram uma herança de desempenho protagônico das bases nesta zona.

Gutiérrez havia começado a trabalhar na zona em 1970. Entre 1972 e 1975 foi eleito delegado geral de sua fábrica. Membro da Juventude Trabalhadora Peronista (JTP), foi também integrante da "Mesa Nacional da Coordenadoria de Sindicatos em Luta" em 1975. Na prática, Gutiérrez é a expressão viva desta herança de mobilização ao enfrentamento com o Estado e a burocracia sindical.

Já naquela época Gutiérrez e inúmeros metalúrgicos trabalhavam para democratizar o sindicato. Recordo um militante que estava na seccional nessa época: "Nosso projeto era o do sindicalismo combativo. Já anteriormente os velhos companheiros (...) contavam que houve uma Chapa Marrom que foi impugnada. Ou seja, já se vem trabalhando há muito tempo"⁽²⁵⁾.

A ditadura de 1976-1983

O golpe de Estado de março de 1976 termina o auge de massas que culminara em 1975 e, ao mesmo tempo inicia o período de resistência operária à ditadura. O conceito mesmo de “resistência” constitui-se de toda aquela atividade que direta ou indiretamente é realizada em oposição aos objetivos e prazos do projeto de poder da classe dominante⁽²⁷⁾. É importante compreender as limitações desta resistência. A mesma poucas vezes generalizou-se ao ponto de constituir-se numa crítica implícita às relações de produção capitalistas⁽²⁸⁾. A oposição do trabalhador ao “eficientismo” proposto pelo plano econômico do Ministro Martínez de Hoz estendeu-se a um questionamento aberto do direito do empresário a administrar suas empresas. Como explicou Daniel James: “É óbvio que a aceitação da legitimidade das relações de produção capitalistas e das relações de autoridade nelas contidas eram em si mesmas reflexo de certos postulados básicos da ideologia peronista”⁽²⁹⁾. Portanto o operário, ainda que favoreça aumentos da produtividade, em geral opina que isto não deveria obter-se “por um aumento descontrolado da carga de trabalho, mas antes por uma maior eficiência do trabalho, ou seja, por um menor gasto de esforço físico”⁽³⁰⁾.

É evidente que, apesar destes limites, a resistência dos operários representava um desafio implícito a certos aspectos fundamentais da organização da produção capitalista e ao projeto econômico da ditadura; particularmente no que se refere à necessidade de readequar o aparato econômico à concentração e à competição internacional, através do aumento da taxa de exploração. Apesar da inexistência de um desafio ao controle empresarial explicitamente articulado, o resultado da insistência dos operários no que se refere à reinterpretação dos níveis aceitáveis do rendimento levou a uma confrontação inevitável com os empregadores⁽³¹⁾ e com o regime ditatorial.

Esta resistência desenvolveu-se quase espontaneamente, logo após o começo da ditadura. A reação inicial dos trabalhadores ao golpe foi cautelosa. As causas desta situação provinham da repressão do período anterior ao golpe. Ao mesmo tempo essa experiência ofereceu o conhecimento e as condições necessárias para a resistência⁽³²⁾. Assim fica visível a dialética da situação. Por um lado, havia cautela e incerteza, por outro, começou a buscar-se as formas melhores para resistir ao aumento da taxa de exploração inerente ao plano econômico da ditadura. O depoimento de um operário eletro-mecânico reflete a complexidade e dificuldade do momento:

“Havia um cansaço. Porque se havia confiado numa liderança sem que esta correspondesse. Assim chegamos ao golpe de 76, que foi muito duro. Na fábrica Propulsora tivemos 180 operários presos no primeiro dia. Na Astilleros foi mais bárbaro, com mulheres empurradas como sacos. No dia do golpe não foi ninguém ao trabalho. Eu fiquei fora uns dias com atestado médico. Aí surge a resistência. Houve a

tentativa de dizer, bem, que fazer? Que podemos fazer pelos que foram presos? Permanecemos organizados. O movimento operário não partiu para enfrentar o golpe com uma greve. Por um lado, porque não se queria defender o governo de Isabel. Havia um tipo de ódio político. Os militares estavam derrubando os inimigos dos trabalhadores. Então se introduzia a confusão. Mas aqui houve muitos golpes antes, e todos sabiam que os militares não traziam nada de bom. E logo a seguir mostraram os seus propósitos''⁽³³⁾.

Percebemos, assim, que a reação dos trabalhadores ao golpe de Estado combinava cautela, confusão, reacomodação à nova situação e busca de novos canais de organização que possibilitassem a resistência. Neste sentido, ao dar-se o golpe, o movimento operário em sua ampla maioria já havia iniciado o duro processo de reajuste, aprendendo com os erros do período. Com base na experiência histórica vivida sob ditaduras anteriores, particularmente a de 1955-1958, aplicariam-se métodos de luta e organização mais adequados para enfrentar a repressão e a falta de organização legal. Este processo foi sumamente custoso já que os setores mais combativos e melhor organizados buscaram defender suas conquistas. Assim, por exemplo, tivemos, pouco depois do golpe, as greves nas montadoras de automóveis, em julho, agosto e setembro de 1976, que foram reprimidas com os desaparecimentos, as prisões, os assassinatos, e a ocupação das fábricas pelas Forças Armadas. Ocorreu o mesmo com outros setores operários. Foram os metalúrgicos (março de 1976), os portuários (novembro de 1976) e os trabalhadores eletricitários, além dos das montadoras, que tomaram a dianteira na resistência operária contra os objetivos sócio-econômicos do regime, sofrendo, em consequência, os efeitos da repressão.

A ditadura militar de 1976 veio romper com o desenvolvimento da militância sindical combativa em Quilmes. Houve uma repressão selvagem na zona. Delegados e militantes foram presos. O próprio Gutiérrez já fora preso antes do golpe. Dois meses depois do golpe "desapareceram" vinte militantes metalúrgicos da zona⁽³⁴⁾. Mas isto não terminou com a resistência dos metalúrgicos de Quilmes. Como recorda um operário: "Nós trabalhávamos, continuávamos trabalhando, não apenas na fábrica, mas politicamente"⁽³⁵⁾. Ainda hoje podemos encontrar pelos muros velhas pichações desses tempos, que dizem: "Liberdade ao companheiro Gutiérrez, delegado de SAIAR".

Um militante da época recorda: "Quando o 'Negro' (Gutiérrez) caiu preso, nós continuamos com a mesma política, organizando a partir das bases. Em maio ou junho de 1976 a repressão levou uns vinte companheiros. Ficaram só três delegados sindicais. Os torturadores diziam aos companheiros presos, 'temos informação de que há três que continuam criando caso'. Enquanto isto fazíamos coletas para os colegas presos. Escrevíamos e distribuíamos panfletos. Todos sabiam que o companheiro que fosse apanhado nessa coleta de dinheiro seria preso também. Mas nunca nos abandonaram"⁽³⁶⁾.

Outro militante sobrevivente do período esteve desaparecido e foi torturado três vezes. É hoje militante e fundador da Chapa Laranja da UOM Quilmes:

“Tínhamos comunicação com o ‘Negro’ através da família. Na fábrica fazíamos folhetos para distribuição interna. E depois distribuímos também fora. Vinham os companheiros ao muro da fábrica, para conversar. Sinto saudade cada vez que passo por lá. Continuávamos orientando os delegados e dali toda a fábrica. Tudo com base na experiência da coordenadoria”⁽³⁷⁾.

Junto com as novas formas de luta vão se formando novas camadas de militantes, que são os que encaram a resistência. Já nos finais de 1976 um noticioso da agência ANCLA comunicava resultados de um informe secreto do exército, que atribuía as atividades de “agitação” sindical a alguns antigos militantes, e em maior proporção a trabalhadores sem experiência prévia⁽³⁸⁾. Esta geração de novos militantes já se faz notar nos conflitos de novembro de 1977 e se consolida durante 1978, apesar da repressão ainda muito severa.

Em geral, os novos ativistas surgiram sob muitas formas diferentes por todo o país. No entanto, em todos os testemunhos fica claro o papel importantíssimo das atividades do período anterior que lograram sobreviver no marco da repressão. Victor, antigo militante no sindicato da construção, consegue organizar um grupinho em Neuquém, em fins de 1976⁽³⁹⁾. No engenho Ledesma de Jujuy mantém-se a tradição sindical com base aos militantes formados sob a direção de Melitón Vázquez, que estava, então, exilado na Bolívia⁽⁴⁰⁾. Ramón, velho militante no sindicato da construção, organizava em seu bairro⁽⁴¹⁾. Jorge, operário jovem da UOM Quilmes, começa a atuar na sua fábrica junto com um antigo militante⁽⁴²⁾. “Pata”, nessa época militante do grupo trotskista Política Operária (PO), comenta:

“A atividade política profissional, a agitação e propaganda foi mantida. (...) Claro, havia que cuidar-se muito. Circulava-se uns poucos folhetos. Eu levava quatro periódicos. E depois se panfleteava clandestinamente. As fábricas que não haviam sido ocupadas saíram lutando primeiro. É isto que marca o ativismo do movimento que vai surgir. É um ativismo diferente do período do “Cordobaço”, no sentido de que não tinha profundidade semelhante mas era mais amplo. Por exemplo, na primeira fábrica em que trabalhei depois do golpe, em La Plata, o sindicato não estava sob intervenção. Mas pouco depois, eu que estava com um medo bárbaro vi que faziam reuniões. Eram assembléias. Os delegados eram recebidos pelos patrões, e o pessoal brigava por reivindicações elementares. E aí havia gente que levava o periódico (de PO)”⁽⁴³⁾.

Na UOM de Quilmes, apesar da repressão dura, consegue-se manter um trabalho de base junto aos novos militantes. Em todos os casos que entrevistamos destacou-se a

importância da unidade dos trabalhadores, independente das bandeiras políticas. Por exemplo, um delegado da Hidrodinâmica Vazquez recorda: “Saiu disso uma frente de luta importante que nos levou a conquistar muitas soluções. Inclusive paramos umas duas vezes em que houve companheiros despedidos. Fizemos conquistas mínimas, mas que foram obtidas. Era difícil lutar tendo o sindicato sob intervenção. A comissão interna não figurava, era como se não existíssemos para o sindicato. Organizamos dentro da empresa e lutávamos pelos companheiros. Não tivemos problemas com a repressão porque era tudo muito de base”⁽⁴⁴⁾.

Durante a ditadura, a seccional esteve sob intervenção de um militar durante dois anos. Depois a deixou em mãos dos dirigentes burocráticos eleitos antes de 1976, embora continuasse recebendo o salário. Conta um operário: “A princípio não havia delegados. Quando o gerente geral queria dizer algo aos trabalhadores, escolhia dois ou três, que eram os que levavam e traziam”⁽⁴⁵⁾. Os que ficaram encarregados da seccional nessa ocasião eram os mesmos de 1975. Explica um delegado: “O secretário geral Reganzanni tinha relação direta com a repressão, era ele que estava à frente da seccional quando levantaram a intervenção, e era quem passava ao governo a lista dos companheiros”⁽⁴⁶⁾. Outro acrescenta: “Eu consegui trabalho depois que me jogaram na rua por dirigir uma luta. Foi em 1981. Cometi um erro. Filiei-me ao sindicato, daí passaram a informação à empresa que me havia despedido. A nova empresa nem sequer esperou o fim do mês, tão apurada estava para me despedir”⁽⁴⁷⁾. Por isto, entre outras razões, decesce na época o número de filiados à seccional.

O desenvolvimento da resistência e o surgimento de novos militantes assinalam uma mudança entre 1979-1980. Esta mudança ocorre junto com o começo da crise do projeto da ditadura, com uma leve redução dos níveis de repressão e com a substituição do general Jorge Videla pelo general Viola à frente do governo. Pode-se ver a nova situação mais claramente se considerarmos o exemplo do conflito da ocupação da fábrica metalúrgica Littal S.A. em Avellaneda, em inícios de 1981. O conflito é revelador porque mostra as conexões entre a militância de base no local de trabalho com as fábricas da zona, neste caso, Avellaneda e Quilmes. Além disso, é importante por expressar como são gerados os novos militantes que depois participarão da experiência da UOM Quilmes.

Por volta de 1979 Littal S.A. tinha cerca de 300 operários, na sua maioria mulheres, que estavam filiados à UOM seccional Avellaneda. Nesse momento a seccional não estava sob intervenção. O desenvolvimento do conflito foi descrito por um de seus jovens líderes, conforme entrevistas que passamos a transcrever.

Pergunta: Quantos trabalhavam em Littal em 1979?

Jorge: “Nessa época, trezentas e poucas pessoas. Foram diminuindo e, quando chegou

a grande luta, éramos 160. Bem, aqui dominava claramente a seccional Avellaneda. Não havia assembléias nem nada sem a presença de um dirigente sindical. Sempre que alguém tratava de fazer alguma coisa, faziam um acordo entre o sindicato e a patronal e esse alguém era despedido. Então fizemos um trabalho diferente com um grupo de companheiros. Começamos a meter-nos junto com a burocracia no sindicato. Nos reuníamos com eles, dissimulando nosso pensamento, loucos de raiva, mas calados. Fomos trabalhando assim e logramos que um companheiro que estava conosco fosse nomeado delegado de manutenção (com estabilidade de emprego). Uma vez que ficamos firmes começamos a mostrar nossa cara. Havia companheiros de todos os tipos de ideologia. Mas era algo muito cuidadoso, porque a ditadura não era brincadeira. Os companheiros eram na sua maioria peronistas''.

Pergunta: E eram muitos os companheiros?

Jorge: *''Mais ou menos 12 ou 14. Um grupo bastante forte. Quando logramos conseguir um delegado na fábrica, não havia uma semana sem que houvesse assembléia. E assim nos tornamos fortes, pelas coisas que fomos conseguindo. Ficamos tão fortes que uma vez firmaram uma ata de compromisso, entre o sindicato e Littal, e nós fizemos uma assembléia para romper com a ata. Ai começavam os grandes choques. Tanto com a burocracia como com a patronal. Via-se que, caso houvesse eleições, ganharíamos toda a Comissão Interna, e os patrões começavam a fazer sondagens para ver se podiam despedir gente. No primeiro sintoma fizemos uma paralisação, tão logo nos inteiramos''.*

Pergunta: Em que ano foi isto mais ou menos?

Jorge: *''1979-1980, em plena ditadura, ainda estava Videla. Quando chegou a recessão, começou a afetar a fábrica. Cortam-se as horas extras, começam os afastamentos voluntários. É aí que ficam apenas 160 companheiros. Em fins de abril de 1981, começam a paralisar com a crise, já estando em dívida com os salários por várias quinzenas. Lutamos durante todo o mês de maio. A repressão era um pouco menos forte. No sindicato era impossível nos reunirmos porque estavam contra nós. Então começamos a reunir-nos em grupos, primeiro em bares, depois que vimos que seria possível fazer algo, fomos nos reunir na igreja''.*

Pergunta: O padre sabia o que vocês queriam fazer?

Jorge: *''Não creio. Nos reunimos um mês. Já tínhamos a promessa da fábrica de que ia pagar. Na manhã em que não pagou, convidamos todos os companheiros, que vieram em quantidade, sobretudo companheiras, que são muito lentas para dar a partida, mas quando começam ninguém consegue segurá-las. São muitas vezes mais fortes que os companheiros. A idéia era conseguir o dinheiro e depois lutar pela fonte de trabalho. Quando fizemos tais reuniões, vieram os companheiros da fábrica SERMA, que está em frente à Hidrodinâmica Vazques aqui (em Quilmes), e que haviam tido um problema*

similar. A comissão de Littal e a de SERMA fomos em conjunto visitar os companheiros da FAE, uma fábrica da SMATA em Avellaneda. Nós reuníamos todos esses companheiros. E a raiva foi crescendo, porque quando fomos receber, não nos pagaram. E nessa tarde fomos muitos companheiros à sede da UOM Avellaneda e fizemos uma reunião no sindicato. E a raiva cresceu tanto que não nos demos conta de que estávamos numa ditadura e num sindicato dirigido pelas piores burocracias. Pois a raiva foi tanta que o líder da UOM Avellaneda teve que assumir a direção da luta. Fomos até a fábrica, e, num instante, esse dirigente disse, 'bem, se aqui, a tal hora não aparece o dinheiro, vamos ocupar a fábrica'. Nós então dissemos logo, 'está bem vamos esperar até essa hora, se o dinheiro não aparece ocupamos a fábrica'. Chegou a hora marcada e não apareceu ninguém. Derrubamos o portão e ocupamos a fábrica. Ficamos lá toda a noite e o dia seguinte. E finalmente nos pagaram tudo''.

Pergunta: Como decidiram quem estaria dirigindo a luta em Littal?

Jorge: *"Éramos sempre os mesmos que falávamos nas assembléias e em todo lugar. Fomos nos formando na prática"*

Pergunta: E o temor à repressão?

Jorge: *"Nesse momento não medíamos as conseqüências, pois tínhamos muita raiva"* (48).

É evidente que, embora o protesto da classe operária não tenha expressado um projeto de sociedade concreto, este existia embrionariamente em sua prática e reivindicações cotidianas. Alguns aspectos, considerados no conjunto da história argentina, já têm sido assinalados por diferentes analistas. Tais aspectos incluem uma redistribuição mais igualitária da renda nacional e um desenvolvimento econômico fundado no crescimento do mercado interno e da indústria nacional. Mas como bem se vê no testemunho acima apresentado, também existem outros aspectos que conduzem a um questionamento implícito do sistema. Nas iniciativas da classe operária argentina há uma grande ênfase no controle sobre a produção, com superioridade ao respeito à propriedade privada. As demandas não são apenas salariais mas também reivindicam o direito à organização social e, sobretudo, definem o território de sua luta não tanto ao nível econômico, mas no da autoridade. Assim, por cima das demandas salariais muitas vezes se encontra a luta contra conceitos tais como a **prescindibilidade** e a **produtividade**, contra a autoridade do capataz ou das forças de segurança por cima da comissão de fábrica, ou contrária à negociação por ofício ou por local de trabalho e não por indústria. Além disso, encontra-se a ênfase na solidariedade de classe num modelo social em que a tônica se acha no grupo e não no indivíduo.

A Chapa Laranja de Quilmes

Foi nessas condições que surgiu, em inícios de 1983, a Chapa Laranja na UOM Quilmes. Ela surge num contexto de crise da zona, como produto da resistência e da continuidade histórica, e como resposta a uma direção que tentava colaborar com o projeto ditatorial para o sindicalismo. Como explicou um empregado da Mutual da UOM Quilmes em 1988: "O pessoal que estava antes trabalhou muito bem, mas para eles mesmos. Enriqueceram e foram cúmplices da intervenção militar"⁽⁴⁹⁾. Um delegado de fábrica disse: "Naquela época ninguém queria vir ao sindicato. Veja que em agosto de 1981, numa manobra estranha, a fábrica fechou por três dias e só ficaram 10 companheiros trabalhando, dos 180 trabalhadores. Vim até o sindicato e do modo que nos atenderam, eu que tenho experiência logo disse para mim mesmo: 'fomos vendidos'"⁽⁵⁰⁾.

A Chapa Laranja foi organizada ao redor da figura de Francisco Gutiérrez⁽⁵¹⁾. Embora os integrantes da chapa fossem principalmente peronistas, também incluíram membros do Partido Intransigente, junto com ativistas do Movimento ao Socialismo, dos trotkistas e da União Cívica Radical.

Em princípios de 1983, Gutiérrez já em liberdade começou a trabalhar na organização da Chapa Laranja. Começou a partir dos antigos companheiros sobreviventes da ditadura e também dos operários da fábrica SAIAR, em que Gutiérrez havia sido delegado geral até 1975. No princípio havia um pouco de temor, mas "começamos a chegar assim devagar com alguns companheiros, a conversar com todo mundo, e assim de um a um foram chegando, um pouco pela proposta, e sempre trabalhando na base da situação sindical e do que queríamos fazer"⁽⁵²⁾.

Nessa ocasião se define que o projeto que caracterizou a Chapa estava em continuidade com as idéias da época anterior a 1976. Os fundadores da Chapa especificaram que tinham o mesmo objetivo da democracia sindical, mas que "há mudanças por serem etapas diferentes. Nós fizemos nossa plataforma sobre a base das necessidades dos metalúrgicos. Isto se faz num sentido menos partidista. Trata-se de juntar os companheiros que não estavam relacionados conosco politicamente, mas tinham um objetivo comum que era a recuperação do sindicato"⁽⁵³⁾.

Fizeram uma primeira manifestação em que participaram 200 ou 300 operários metalúrgicos, quase todos da SAIAR: "Era quase toda a fábrica, porque o 'Negro' (Gutiérrez) é uma referência"⁽⁵⁴⁾. Depois fizeram um churrasco com quase mil trabalhadores, e depois dois outros com 1.500 e quase 3.000. Aqui se nota a continuidade com os critérios estabelecidos antes da ditadura de 1976", recordam os organizadores da Chapa:

“Em 1972 todos conheciam Gutiérrez. Em 1983 os jovens tinham uma boa imagem através dos antigos. Os companheiros de SAIAR foram trabalhar noutras fábricas e seguiam com a mesma política. Diziam, ‘trabalhei com fulano ou beltrano, e você sabe que fazíamos as coisas assim’. Saíam pois de uma escola que era a sua maior recomendação”⁽⁵⁵⁾.

Isto foi confirmado pelo delegado das indústrias RAB, que chegou à seccional em 1984: “Um não conhecia Gutiérrez, mas sabia pelos companheiros o que havia feito em 1975. E também sabia qual era a conduta da Chapa Azul, organizada pela direção sindical daquela época. Não tinha dúvida, pois, acerca de quem devia apoiar”⁽⁵⁶⁾.

Apesar disso a constituição da Chapa Laranja não foi conquistada sem atritos e tensões entre as diferentes concepções políticas que a formaram. Houve pressões entre a esquerda e os militantes peronistas. Havia diferenças quanto à visão política nacional, onde se enfrentavam o “classismo” da esquerda com o “populismo” peronista. Em ambos os casos incidiu entre os militantes sindicais as suas filiações partidárias respectivas. Além disso, a tendência do peronismo a ver os sindicatos como um “ramo” do Partido Justicialista dificultou as relações com outras forças políticas ou com ativistas independentes. As diferenças entre as percepções sindicais e as da política nacional traduziram-se em disputas por espaços e cargos na Chapa Laranja. De fato, os peronistas lograram reduzir a participação da esquerda na Chapa. Ainda que isto fizesse perigar a unidade, a esquerda optou por não romper a aliança eleitoral. Nesse processo todo, tanto a representatividade da figura de Gutiérrez como a proposta colocada, e o fato de que se descortinasse a possibilidade de derrotar a Chapa Azul do oficialismo, logrou conter o conflito e manter a unidade.

O oficialismo tratou de desprestigiar a Chapa Laranja: “Eles quiseram nos desprestigiar como violentos”, conta um membro da atual diretoria⁽⁵⁷⁾. Mas a realidade era outra, conta uma trabalhadora que estava então empregada no sindicato:

“A reação do oficialismo à Chapa Laranja foi violenta. Consideravam-na como bandoleiros que fossem destruir tudo, quando os bandoleiros eram eles mesmos. O sindicato estava então cheio de armas e de gente armada que não eram trabalhadores. Bastava abrir um escritório para encontrar um revólver numa gaveta. Era ir à cozinha e encontrar policiais e gente com rifles”⁽⁵⁸⁾.

Para os sindicatos ficou claro quem eram os bandoleiros quando apareceu na seccional, apoiando a lista Azul, o “Chicho” Basile, membro notório dos grupos paramilitares durante a ditadura. Ficou tão óbvio isso que, quando colaram nos muros de Quilmes uns cartazes acusando Gutiérrez de guerrilheiro, foram os próprios sindicalistas que os arrancaram das paredes.

A chave do triunfo da Chapa Laranja encontra-se em vários fatores que se reforçam. A crise econômica e a participação dos líderes da Chapa Azul na intervenção militar do sindicato haviam rompido com sua legitimação frente às bases sindicais. Além disso, a numerosa dispersão das fábricas pequenas e médias tornava mais difícil o seu controle pela direção sindical da zona. Por fim, a razão do triunfo encontra-se não apenas na trajetória dos que integraram a Chapa Laranja, mas também no modo como trabalharam. Buscou-se organizar todos os locais de trabalho, por pequenos que fossem. Panfleteava-se e conversava-se com os companheiros nas portas de fábricas.

A Chapa Laranja foi ganhando a confiança dos filiados através de sua prática concreta. Apesar das tensões internas, garantia-se a participação de todos e se deixavam de lado as diferenças políticas. Como explicava um militante: “Nos demos conta de que tínhamos que falar de demandas de tipo sindical e não de política, a qual deixamos de lado para dedicar-nos à recuperação do sindicato metalúrgico. Isto sem abandonar nem ocultar aquilo que somos”⁽⁵⁹⁾. Outro acrescentou: “A idéia era juntar todos os metalúrgicos que tivessem algo que fazer e dizer e quisessem um novo sindicalismo. E as pessoas acreditam que somos pluralistas porque escutamos todas as vozes. Temos as portas abertas para todos os companheiros que têm idéias políticas diferentes”⁽⁶⁰⁾. Um terceiro opinou: “Temos todos os tipos de delegados. Há uma quantidade importante que, embora não seja peronista, concorda com o projeto sindical. O primeiro nessa linha é Gutiérrez. Discute-se e escuta-se política, não se trata de mudar o pensamento do outro”⁽⁶¹⁾. Inclusive um delegado radical conta como foi grata a surpresa que teve ao constatar que, no sindicato, agora se respeitava o seu ponto de vista e se valorizava a sua representatividade, não por estar filiado a um partido político.

Este pluralismo democrático também se nota claramente se consideramos como funcionou a Chapa Laranja. Já em princípio de 1984, nunca eram menos de 200 os operários presentes nas reuniões da Chapa. Recorda um delegado:

“Não conhecia Gutiérrez antes. Mas um companheiro de fábrica me fala e conta, convidando-me à reunião, mas eu não queria saber nada. Finalmente, um dia fui levado, e logo no começo da reunião pedi a palavra, fui ouvido e ‘fiscado’ pelo grupo. Isto foi em junho de 1983. Começamos a trabalhar na fábrica com muito cuidado porque o secretário adjunto da Chapa Azul era da minha fábrica e nós ali éramos só três da Laranja. Mas os companheiros reagiram muito bem. Ganhamos de 55 votos contra onze deles”⁽⁶²⁾.

Esta característica participativa foi confirmada por outro operário também, ao contar: “Íamos trabalhando fábrica por fábrica fazendo assembléias, trabalho de formiga. Tarefa difícil. Vinhamos com uma proposta nova, dispostos a escutar os companheiros. Muita gente acreditava em nós, outros não. Nosso grande voto a favor

era a Diretoria anterior que nunca lhes dava uma resposta positiva. Os companheiros diziam querer justiça; estavam cansados com a burocracia...''⁽⁶³⁾.

Assim, a Chapa Laranja foi reunindo os militantes que vinham de antes da ditadura militar com os jovens que foram sendo formados entre 1981 e 1984.

Tudo isto se refletiu na constituição da própria chapa. Como as eleições são ganhas com votos, os cargos foram distribuídos por este critério. Um integrante da chapa explicou: "Nós apenas propusemos o companheiro Gutiérrez. Tudo mais se fez profundo, em cada caso, às fábricas que tínhamos dentro de cada grupo político, as quais fizeram assembléias por fábrica e nomearam os companheiros que constituiriam a lista de nomes para a chapa. Assim, o Secretário Adjunto foi designado por uma das fábricas mais importantes da zona"⁽⁶⁴⁾. Embora nas assembléias por fábrica tenham ocorrido tensões e manobras entre os diferentes setores que compuseram a Chapa Laranja, o resultado final foi a representatividade dos candidatos. Esta representatividade ficou demonstrada pelo fato de que a chapa necessitava 800 assinaturas para sua inscrição e apresentou cerca de 3.000, ou seja, mais da metade do número total de filiados da seccional, em 1984.

A abertura democrática de 1983.

O início da abertura democrática no país, a partir de dezembro de 1983, abriu um período complexo no âmbito sindical, que demandaria debates e realinhamentos, tanto sindicais como políticos. Paralelamente, iniciava-se na grande maioria dos sindicatos o processo de normalização. Conforme os dados oficiais existentes no primeiro aniversário do governo Alfonsín, das 1.171 entidades sindicais existentes a nível nacional, 335 já haviam sido normalizadas durante o período da ditadura. Das restantes, 612 (75%) foram entregues às autoridades eleitas antes do golpe de 1976, 113 (13,5%) ficaram em mãos de comissões transitórias constituídas ao fim do regime militar, e 94 (11,5%) permaneceram sob intervenção de "delegados normalizadores". A maioria dos sindicatos grandes, inclusive a UOM, encontravam-se em uma das duas últimas situações⁽⁶⁵⁾.

Foi precisamente durante este processo que se começou a perceber os novos perfis do sindicalismo, emergentes após a ditadura, pois, apesar da grande quantidade de sindicatos existentes no país, poucos deles agrupam uma proporção considerável dos sindicalizados: 27 organizações, com mais de 30.000 filiados cada uma, concentram 75% dos sindicalizados. Entre estes encontra-se a União Operária Metalúrgica, que é o segundo em importância, com 349.897 filiados⁽⁶⁶⁾.

Uma análise da composição dos assalariados sindicalizados em 1984 revela que, de cada 10 filiados, cerca de 4 pertenciam ao setor de serviços; 3, ao da indústria e à construção; 2, ao comércio; e um, ao transporte e comunicações. No que respeita à vinculação pública ou privada da fonte de trabalho, constata-se que 4 de cada 10 sindicalizados estão empregados em empresas total ou majoritariamente vinculadas ao Estado (funcionários administrativos, docentes, trabalhadores de saúde, eletricitários etc). Atualmente se observa que as atividades terciárias e os trabalhadores do setor público ocupam lugar preponderante na composição do sindicalismo⁽⁶⁷⁾.

Esta foi a realidade em que se desenvolveu o processo de normalização sindical. Um dos primeiros traços que distingue este processo empreendido em 1984-1985 das experiências anteriores, é que a hegemonia de chapas únicas foi substituída pela competição. Em 1973-76, 67,4% das eleições foram feitas com chapa única, percentual reduzido a 21,5% em 1984-85. É possível dizer que houve um relativo nível de paridade nos resultados obtidos nestas experiências eleitorais. Assim, enquanto os votos alcançados pelas primeiras minorias, no período 1973-76, chegaram em média a 49,1% dos conquistados pelas chapas vencedoras, durante o processo de normalização de 1984-85, tal proporção subiu a 65%. Em 1973-76 nenhuma das chapas que alcançaram a primeira minoria superou 70% dos votos registrados vencedores, enquanto no período 84-85 isto aconteceu em 53% dos casos⁽⁶⁸⁾.

Outro aspecto que merece destaque é o que se refere ao grau de efetividade demonstrado pelas oposições. Em 1965 e 1958 as chapas opositoras conseguiram vencer em apenas 11% das eleições competitivas. O oficialismo triunfou em 92% das eleições havidas entre 1973-76, em que participaram chapas opositoras. Em contraste, no período 1984-85, o número de vitórias obtidas por algum setor da oposição elevou-se a 45% das eleições em que participaram mais de uma chapa. Nestes casos destacam-se: SMATA (mecânicos automotores), ATE (funcionários públicos), televiários, gráficos, construção civil, ferroviários, bancários da capital, funcionários da saúde e do judiciário. Sumamente importantes foram as vitórias da ATE, onde triunfou um grupo em continuidade com a oposição de 1975. As reeleições de líderes sindicais presos ou exilados, como Julio Guillán (televiários) ou Raymundo Ongaro (gráficos), demonstram uma continuidade dentro da ruptura representada pelo golpe de 1976. Outras associações que passaram por mudanças foram as filiais na capital, dos trabalhadores do Correio da Vitivinicultura e da indústria de alimentação⁽⁶⁹⁾.

Foi importante também o triunfo de chapas pluralistas em nove seccionais da UOM, do total de 65, contra a liderança nacional de Lorenzo Miguel. Em particular merece destaque a vitória do socialista Alberto Piccinini na UOM de Villa Constitución, que foi reeleito secretário geral depois de longos anos de prisão.

Os resultados dos processos eleitorais mostraram que a identificação das estruturas sindicais com o peronismo manteve-se como uma continuidade histórica. A incorporação de setores alinhados em outras forças políticas (ou independentes) na diretoria de alguns sindicatos, esteve longe de significar a constituição de pólos de poder sindical alternativos, que fossem capazes de questionar o predomínio do sindicalismo peronista. Mas tampouco pode ser dito, à luz destes resultados, que se tenha consolidado um movimento sindical de caráter monolítico. Embora tenham sido hegemônicas pelo peronismo, a maioria das chapas vitoriosas mostrou um caráter pluralista que se distancia da experiência prévia a 1976.

O triunfo da Chapa Laranja

Na UOM Quilmes a Chapa Laranja ganhou as eleições de 1984 avassaladoramente, e pela primeira vez a seccional contou com uma diretoria combativa, surgida a partir das bases. Daí em diante houve um forte trabalho para consolidar a vitória e tratar de cumprir o programa eleitoral. Isto foi ademais complexo, considerando a situação já vista anteriormente.

Recorda um dos líderes: “Com a pouca experiência que tínhamos no sindicato, encontramos dificuldade. Não tínhamos a ‘chave mestra’. Eram muitos os problemas. Dívidas por todos os lados. Mas não nos enganamos. Da nossa plataforma, cumprimos com quase 80% do que foi prometido”⁽⁷⁰⁾. Isto foi confirmado por outro integrante da Chapa: “De tudo o que prometemos nos folhetos, a única coisa que não conseguimos até agora foi (construir) o supermercado e o poli-desportivo. Tudo mais foi feito: moradias, cooperativa etc”⁽⁷¹⁾.

Como explicou um delegado das indústrias: “É claro que às vezes não se consegue tudo o que se quer, mas avançamos muito. O que faltou não foi falta de vontade mas porque é difícil. Eu que sou delegado desejaria fazer muitas coisas e não consigo. Às vezes faltam meios. Mas notam-se muitas mudanças. Não digo que é tudo cor de rosa. Mas o que mais se nota é no problema dos Serviços Sociais. Os companheiros enfatizam muito a ajuda assistencial, das clínicas, do atendimento. Mas sempre mantendo um conceito de que somos irmãos de classe e fundados na democracia, vamos para a frente. Há diferenças, mas tudo se soluciona trabalhando organizadamente”⁽⁷²⁾.

Onde foi muito notada a mudança, foi no número de filiados e de delegados, e quanto à sua participação no sindicato. Se em 1984 havia apenas 5.000 filiados e 65 delegados, em 1988 havia mais de 9.200 filiados representados por 333 delegados. Durante os

primeiros dois anos, 1985 e 1986, foram realizados 35 congressos de delegados de fábrica, cinco assembléias gerais de filiados, e centenas de assembléias por fábrica. As assembléias do sindicato tiveram, em média, de dois a três mil participações cada uma⁽⁷³⁾.

O desenvolvimento da mutual, a instalação de um Centro de Saúde, a compra de ambulâncias e a criação de um Fundo de Greve foram conquistas que muitos operários entrevistados assinalaram como importantes. Também se salientou, como conquista fundamental, o fato de que a seccional defende os militantes metalúrgicos contra a perseguição política e a dispensa arbitrária na zona. Isto tem uma importância muito grande, já que as patronais utilizam o "Macartismo" como tática sindical na zona. Neste sentido houve diferentes esforços dos empregadores e, por outra parte, da direita do Partido Justicialista, para dividir a militância operária na zona, acusando alguns como "vermelhos", de modo a despedir arbitrariamente os delegados de fábrica.

No entanto, a situação para os novos dirigentes é demasiado difícil, num contexto de crise e recessão da atividade metalúrgica. Um levantamento resumido no noticiário sobre a zona revela que em 1985 houve 45 conflitos devidos a dispensas, suspensões, salários atrasados e perseguição a delegados sindicais. A maioria dos conflitos (36) foi na defesa das fontes de trabalho, e incluíram longas paralisações em fábricas como ADABOR. De fato, em princípios de 1985, 1.300 trabalhadores metalúrgicos da zona se encontravam em conflito por diferentes motivos. Esta cifra cai em junho (345) para subir novamente em outubro (450)⁽⁷⁴⁾.

A política, por sua vez, interveio nos conflitos de Bellina (4/9/85 a 8/10/85) e de IMEGTECNICA (1/11/85). Também aconteceram dois atentados com explosivos, um deles contra a policlínica da UOM (7/11/85) e outro na clínica infanto-maternal do sindicato (10/12/85). As intervenções inclusive se agudizaram com a violenta repressão policial à greve de SAIAR (17/6/86)⁽⁷⁵⁾.

Frente a tal situação de hostilidade, o sindicato respondeu com a mobilização dos trabalhadores. Em fevereiro de 1985 a UOM Quilmes constituiu uma comissão de solidariedade com familiares, partidos políticos e organizações de juventude da zona. Buscava-se, assim, o apoio da comunidade, desnudando publicamente o conflito. As demandas sindicais eram: (1) salários dignos; (2) acabar com as dispensas e suspensões; (3) devolução dos serviços sociais sob intervenção; (4) reativação do aparelho produtivo⁽⁷⁶⁾.

As causas mais comuns para os conflitos eram as dispensas e suspensões. A maioria desses conflitos ocorreram em estabelecimentos pequenos e médios, e eram de duração cada vez maior. Com relação aos resultados, na sua grande maioria foram favoráveis às

empresas, devido à crítica situação da zona. Pareceria que os trabalhadores continuavam a greve embora conscientes dessa situação. Faziam-no por "disciplina sindical", ou seja, por critério transmitido de geração a geração, de que as medidas de protesto devem ser acatadas. Faziam-no também porque "perdidos por perdidos, devemos fazer os patrões passarem um mau momento", como diziam alguns⁽⁷⁷⁾.

A defesa das fontes de trabalho é reveladora da percepção e do projeto acerca da democracia. O exemplo mais claro disto foi a experiência autogestionária desenvolvida pelo sindicato através de cooperativas. Por exemplo, na "General Mosconi" o sindicato ocupou o controle da empresa Ferroduttil, frente ao que seria uma deserção pela patronal, logrando, assim, preservar a fonte de trabalho. O mais notável deste exemplo é que, apesar de terem recebido uma fábrica obsoleta e com muitos problemas, elevaram a sua produtividade e rentabilidade. Inclusive os operários da "General Mosconi" planejavam em 1987 empregar mais gente. Ou seja, não apenas preservou-se uma fonte de trabalho, mas graças à autogestão operária tinham em vista criar novos empregos. Outro exemplo foi o da cooperativa "General Savio", que se formou na empresa "Metalúrgica Buenos Aires". Havia tempo que sofria com problemas de pagamento, e em princípios de 1988 entrou em crise pelo mau pagamento da parte empresarial. Com o apoio do sindicato foi possível salvar a fonte de trabalho⁽⁷⁸⁾.

Do mesmo modo que Cieza, Wallace et al., reconhecemos que as implicações desta situação são em si mesmas complexas. Por um lado, refletem a situação crítica defensiva em que emerge o sindicalismo argentino após a ditadura militar. Ao mesmo tempo, expressa que os benefícios e conquistas obtidas pelos trabalhadores a partir da abertura democrática iniciada em 1983, dependem da capacidade de mobilização e luta dos sindicatos. Por sua vez, o nexos entre os escassos militantes sindicais combativos, sobreviventes ao regime militar e os novos ativistas neste período forjou novas experiências. Neste sentido tratou-se de recuperar laços de solidariedade entre os trabalhadores do próprio sindicato e de toda a região. Os exemplos disso tudo em Quilmes foram o ato de solidariedade com os operários da carne, em dezembro de 1984, o Festival de Solidariedade com os trabalhadores temporários do sindicato da cerveja em meados de 1985, a manifestação de Primeiro de Maio de 1985, os festivais de apoio aos metalúrgicos de SAIAR em julho de 1986 e aos da Hidrodinâmica Vázquez na mesma época⁽⁷⁹⁾.

Em outras palavras, a abertura democrática permitia a geração de novas formas de solidariedade e participação em âmbito sindical, que expressam a síntese das experiências da década anterior: "É parte de um processo subterrâneo, mediante o qual o movimento popular começa a recompor suas forças para retomar uma confrontação que alcançou seu máximo nível nas coordenadorias de base na década anterior"⁽⁸⁰⁾.

Como já apontamos antes, tudo isto encerra a potencialidade de um questionamento

ao sistema. É evidente que, para os trabalhadores de Quilmes, a expressão “democracia” vem estreitamente associada a “participação”. Mas também se encontra ligada ao que se concebe como “justiça social”. Desta perspectiva é impossível um sistema político democrático que não garanta um nível de vida e condições de trabalho adequados.

Talvez o melhor balanço sobre o tema da continuidade e da ruptura representadas pela ditadura militar de 1976-83, foi o realizado por um operário:

“Há duas coisas que se notam na classe operária argentina entre 1976 e 1983. Primeiro vem o golpe, e há um grupo de lutas entre março de 76 e meados de 77. Isoladas ou não, mas um monte delas. Há uma parada de um ano e meio, e em 79, 80 outra vez. Nesse ano e meio há um buraco, depois, em fim de 81, 82, há um montão de lutas. Chegamos a 84 e, apesar da derrota, dos mortos etc., por exemplo, na UOM temos 9 seccionais onde ganham as tendências anti-burocráticas. O que te chama atenção é que o trabalho feito noutra época foi muito mais profundo do que se pensa, e que há um avanço na consciência da gente, que talvez não se expressa dizendo ‘vamos formar o partido revolucionário’, mas sim numa consciência de classe. Me faz recordar o que aconteceu com Sandino. 75 anos depois sua mensagem não tinha se perdido. É a mesma coisa, a memória de uma luta adquire características portentosas ou revolucionárias”⁽⁸¹⁾.

Notas

- ⁽¹⁾ Entrevista com Horacio Rojas, secretário de imprensa da UOM Quilmes, em Quilmes, 16 de maio, 1988.
- ⁽²⁾ Entrevista com um militante da Chapa Laranja, em Quilmes, 14 de maio, 1988.
- ⁽³⁾ Sobre o tema da crise orgânica na Argentina seguimos Mónica Peralta Ramos, Acumulación de Capital y Crisis Política en Argentina (1930-1974), México, Siglo XXI, 1978; e Juan Carlos Portantiero, “Clases dominantes y crisis política en la Argentina actual”, In: Oscar Braun, Org., El Capitalismo Argentino en Crisis, Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- ⁽⁴⁾ Tanto para a definição de capitalismo monopolista de Estado, como para sua relação com a democracia como sistema político, ver: CUEVAS, Agustín. El Desarrollo del Capitalismo en América Latina. México: Siglo XXI, 1977; e VASCONI, Tomás Amadeo. Gran Capital y Militarización en América Latina, México: Ed. Era, 1978.
- ⁽⁵⁾ Denúncia, publicación mensual argentina, Nova York, outubro, 1981.
- ⁽⁶⁾ Ver, de Daniel Cieza, Santiago Wallace, Marta Simiele e Mônica Diollet, “Conflictos laborales en la zona sur del Gran Buenos Aires. Nuevas actitudes y formas de organización” In: Aquafuerte, revista de ciencias sociales, No. 1, Buenos Aires, julho-setembro, 1988.

- (7) Com base em Daniel Hernández, Características Socioeconómicas y Transformaciones Político-organizativas, Unión Obrera Metalúrgica, Seccional Quilmes, Quilmes, março de 1989. Também Cieza, Wallace et al., Op. cit.
- (8) INDC. Censo populacional de 1980.
- (9) UOM Quilmes, Documento Interno sobre la Intervención Militar a la UOMRA, Quilmes, 3 de dezembro, 1985. Elaborado, discutido e aprovado pelo congresso de delegados da seccional Quilmes e sua diretoria, como contribuição ao Congresso Nacional Extraordinário de Delegados, reunido em Mar del Plata, de 11 a 13 de dezembro, 1985.
- (10) INDC. Pesquisa Permanente Domiciliar, 1985, 1988.
- (11) As agências de emprego são parte de um sistema surgido na década de 1960, que foi ampliado na de 1980, a partir do desemprego crescente e da oscilação na capacidade de ocupação da indústria.
- (12) Dados elaborados com base nos arquivos da Secretaria de Organização da UOM Quilmes, por Daniel Hernández.
- (13) INDC. Censo Nacional Econômico, 1985.
- (14) UOM Quilmes, Notas para una caracterización de las patronales metalúrgicas en Quilmes, Berazategui y Florencio Varela, Quilmes, março, 1989.
- (15) A cifra de 9.200 filiados da UOM Quilmes foi citada por Francisco Gutiérrez em entrevista em Quilmes, em 14 de junho de 1989.
- (16) Entrevistas realizadas pelos integrantes da Escola Sindical de Quilmes: Ernesto Crescente, Daniel Hernández, Mónica Pini e Patricia Hernández.
- (17) Bispo de Quilmes, Historia de Quilmes, Quilmes, 1986.
- (18) KIRKPATRICK, Jeane, Leader and Vanguard in Mass Society. A Study of Peronist Argentina, Cambridge: MIT Press, 1971.
- (19) Conforme Daniel James, o classismo implicava o reconhecimento da natureza irreconciliável da patronal e dos operários. Portanto apresentou um modelo alternativo de sindicalismo fundado na ênfase anti-burocrática, na democracia interna e na participação massiva. Sua época de auge foi entre 1968 e 1975. Ver: JAMES, Daniel. Resistance and Integration: Peronism and the Working Class, 1946-1976, Cambridge: Mass.: mimeo. Ver também sobre o período: TORRE, Juan Carlos. Los Sindicatos en el Gobierno, 1973-1976, Buenos Aires, CEAL, 1983; e Oscar Anzorena, Tiempo de Violencia y Utopía (1966-1976), Buenos Aires: Ed. Cantrapunto, 1988.
- (20) Entrevista com "Pata", Quilmes, 7 de julho de 1988.
- (21) Anzorena, Op. cit., 341.

- (22) Santiago Senén Gonzalez, El Poder Sindical, Buenos Aires: Ed. Plus Ultra, 1978, 90.
- (23) Anzorena, Op. cit., 341.
- (24) Entrevista com Lucio, Quilmes, 17 de maio de 1988.
- (25) A biografia de Francisco Gutiérrez encontra-se nos arquivos da UOM Quilmes.
- (26) Entrevista com Lucho, Quilmes, 26 de maio de 1988.
- (27) Para uma discussão sobre o conceito de “resistência” operária, ver: Tim Mason, “The Worker’s Opposition in Nazi Germany”, History Workshop 11 Spring 1981; e Pablo Pozzi, Hegemony, State, and the Working Class. Argentine Labour and the National Reorganization Process, 1976-1983. PhD. Thesis, SUNY at Stony Brook, 1989.
- (28) Cf. Daniel James, “Racionalización y respuesta de la clase obrera: contexto y limitaciones de la actividade gremial en la Argentina”, Desarrollo Económico, No. 83, out/dez, 1981.
- (29) Ibid., 332.
- (30) Ibid., 331, citando o secretário geral da CGT, Eduardo Vuletich, em 1955.
- (31) Ibid., 333.
- (32) Pozzi, Op. cit.
- (33) Entrevista com “Pata”, Quilmes, 7 de julho de 1988.
- (34) Isto aconteceu em 20 de julho de 1976. Entrevista com Lucio, Quilmes, 22 de agosto de 1988.
- (35) Entrevista com Lucio, Quilmes, 22 de agosto de 1988.
- (36) Entrevista com um militante da SALAR, Quilmes, 16 de maio de 1988.
- (37) Entrevista com “Chanchi”, Quilmes, 27 de maio de 1988.
- (38) Agência de Notícias Clandestinas (ANCLA), 1o. de novembro de 1976. Em Horacio Verbitski, Rodolfo Walsh y la Prensa Clandestina, Buenos Aires: Ed. de la Urraca, 1985.
- (39) Entrevista com Victor, Neuquén, 2 de maio de 1986.
- (40) Ricardo Nelli, La Injusticia Cojuda. Testimonios de los Trabajadores del Azucar del Ingenio Ledesma, Buenos Aires: Puntosur, 1988.
- (41) Entrevista com Ramón, Lanús, 28 de junho de 1988.
- (42) Entrevista com Jorge, Quilmes, 9 de dezembro de 1987. Jorge foi metalúrgico em Avellaneda entre 1976 e 1981, depois passou à Capital, radicando-se em Quilmes em 1984.

- (43) Entrevista com "Pata", Quilmes, 7 de julho de 1988.
- (44) Entrevista com Rubén, Quilmes, 26 de maio de 1988.
- (45) Entrevista com Jorge, Quilmes, 9 de dezembro de 1987.
- (46) Entrevista com "Chanchi", Quilmes, 9 de dezembro de 1988.
- (47) Entrevista com Jorge, Quilmes, 9 de dezembro de 1987.
- (48) Idem. Jorge é agora delegado da UOM Quilmes.
- (49) Entrevista com Lucho, Quilmes, 26 de maio de 1988.
- (50) Entrevistado em Quilmes, 23 de maio de 1988.
- (51) A história da Chapa Laranja foi levantada com base nas entrevistas feitas com seus integrantes, em Quilmes, entre 19 e 28 de maio de 1988.
- (52) Entrevista com Lucio, Quilmes, 22 de agosto de 1988.
- (53) Entrevista com Daniel, Quilmes, 25 de maio de 1988. Embora isto seja certo em suas linhas gerais, a partir de 1987 nota-se um acréscimo nos níveis de "partidismo" por parte das lideranças da UOM Quilmes, eleitas em 1984. Gutiérrez utilizou o sindicato para apoiar a candidatura do peronista Antonio Cafiero a governador do estado em 1987, apesar de manter sua aliança com outros partidos na seccional. Isto continuou acontecendo em 1988 e 1989, até o ponto de apoiar a candidatura do peronista Carlos Ménem à presidência, mesmo sob a oposição aberta da esquerda no sindicato. De fato, durante os trabalhos de campo desta pesquisa, pudemos presenciar que delegados de diferentes tendências, inclusive peronistas, questionavam esta postura, uma vez que "o sindicato é de todos".
- (54) Entrevista com Lucho, Quilmes, 27 de maio de 1988.
- (55) Entrevista com "Chanchi", Quilmes, 27 de maio de 1988.
- (56) Entrevistado em Quilmes, 19 de maio de 1988.
- (57) Entrevista com Lucho, Quilmes, 26 de maio de 1988.
- (58) Entrevista com Elsa, Quilmes, 26 de maio de 1988.
- (59) Entrevista com Lucho, Quilmes, 26 de maio de 1988. De fato, a situação acima descrita (nota 53) conduziu a uma agudização dos conflitos políticos na seccional. A partir de 1987 a liderança peronista levou na prática uma política de conquistar militantes dos demais partidos. Isto teve bastante êxito quanto aos membros do Partido Intransigente que, em 1988, haviam passado ao peronismo em sua maioria. Em contraste, as relações com a esquerda tornaram-se cada vez mais conflituosas, até o ponto de levantar-se hostilidades nas assembléias da seccional contra os delegados do MAS e do Partido Comunista. A mudança na situação política retrata-se também no fato de que em 1989 a diretoria colocou limites aos pontos de vista não peronistas que se expressavam na Escola Sindical da UOM Quilmes.

- (60) Entrevista com Rubén, Quilmes, 26 de maio de 1988.
- (61) Entrevista com Daniel, Quilmes, 26 de maio de 1988.
- (62) Entrevistado em Quilmes, 21 de maio de 1988.
- (63) Entrevista com Rubén, Quilmes, 26 de maio de 1988. O incentivo dado à participação a partir das bases, pela nova direção do sindicato, teve muito êxito, ao ponto de gerar toda uma série de tensões dentro da Chapa Laranja e nas assembléias sindicais. Os novos delegados acostumaram-se a questionar as decisões da direção sindical e a propor mudanças, com o evidente desgasto dos dirigentes. Esta participação chegou ao ponto de, na eleição de 1988, um setor questionar a reeleição de vários membros da diretoria.
- (64) Entrevista com Lucho, Quilmes, 26 de maio de 1988. Esta forma de eleição dos candidatos ocorreu apenas em 1984. Na eleição de 1988, em que a Chapa Laranja ganhou novamente, Gutiérrez e os candidatos eleitos em 1984 manobram no sentido de sua reeleição, apesar do fato de alguns deles serem questionados por diferentes setores das bases. É evidente que, embora a diretoria retenha um alto grau de representatividade, esta tem sofrido uma erosão.
- (65) Dados proporcionados pelo Centro de Estudos e Formação Sindical (CEFS).
- (66) Clarín, 12 de outubro de 1989.
- (67) Eduardo Lucita, "Elecciones sindicales y autoorganización obrera en Argentina", Cuadernos del Sur, No. 3, Buenos Aires, julho de 1985, p. 17.
- (68) Dados do CEFS.
- (69) Lucita, Op. cit.
- (70) Entrevista com Rubén, Quilmes, 26 de maio de 1988.
- (71) Entrevista com Daniel, Quilmes, 26 de maio de 1988.
- (72) Entrevistado em Quilmes, 23 de maio de 1988. Ao redor de 1989 se começa a notar uma certa separação entre as bases e a diretoria da UOM Quilmes. A razão principal disto parece ser que, após cinco anos de sua eleição, os dirigentes se afastaram dos problemas cotidianos das fábricas. Isto implica que se começou a gerar uma lógica particular na direção, que a tem distanciado das bases.
- (73) UOM Quilmes, Por un Futuro Mejor, Quilmes, 22 de dezembro de 1986. Documento interno, com avaliação dos primeiros dois anos de gestão. É notável que a participação nas assembléias e a disposição dos operários a apresentar-se como delegado de fábrica começa a diminuir depois de 1989. Isto é atribuível em parte à autopetuação da diretoria, descrita nas notas (59), (63), (64) e (72). Mais importante ainda parece ser o efeito da crise econômica, da instabilidade laboral e da crise do sindicalismo argentino em geral.

- (74) Denúncias da UOM Quilmes em La Gaceta, 9 de fevereiro de 1985 e 20 de junho de 1985; e Pueblo de la Nación, ano 1, No. 9, 10 de setembro de 1985. É evidente que as patronais outorgaram uma espécie de "trégua" à nova diretoria sindical, até ver que atitude assumia. A partir de 1985 começaram a hostilizar o sindicato e já em 1987 adotaram táticas de desgaste que incluíam a provocação de conflitos, suspensões e dispensas de trabalhadores.
- (75) El Sol, 4 de setembro de 1985; Diario Popular, 8 de outubro de 1985; El Sol e Diario Popular, 1 de novembro de 1985; Tiempo Argentino, El Sol, Crónica, El Día, Diario Popular, 7 de novembro, 1985; El Sol, 10 de dezembro, 1985 e 15 de junho de 1986.
- (76) La Voz, 23 de fevereiro de 1985.
- (77) Cieza, Wallace et al., Op. Cit., 53.
- (78) UOM Quilmes, Cooperativas de Trabajo, Quilmes, março de 1989. É notável que, ainda que as cooperativas tenham começado com muito êxito, em 1990 era claro o seu fracasso. A crise econômica geral combinou-se com o projeto dos empresários, no sentido de cortar-lhes crédito para a compra de matéria prima, insumos e renovação de maquinaria. Deste modo, depois de um começo auspicioso as cooperativas viram-se obrigadas a cerrar suas portas ou a reduzir significativamente suas atividades.
- (79) Cieza, Wallace, et al., Op. cit., 53.
- (80) Idem.
- (81) Entrevista com Roberto, Lanús, 31 de julho, 1988.